

A transição na Europa do Leste

Catherine Samaray

As transformações aprofundaram as diferenciações entre os países (e, em cada país, entre regiões e áreas) e os processos de transição ao capitalismo são extremamente desiguais.

Entre 1989 e 1992 verificou-se uma queda geral do desenvolvimento: quase 40% na Rússia, 20% na Hungria, 30% na República Checa, 50% na Polônia; números iguais ou maiores foram registrados nos novos países independentes nascidos da decomposição da ex-URSS.

Os Dados Econômicos

Além da Alemanha (com custos astronômicos) somente alguns países (Polônia, Hungria, Eslovênia) estão emergindo da crise ou ainda não a enfrentaram. Neste último caso situa-se a República Checa, devido a circunstâncias favoráveis: baixo endividamento e situação econômica relativamente boa, forte expansão do turismo, trabalho de populações de fronteira na Áustria, taxas de câmbio real favoráveis; mas observa-se também uma política social prudente, apesar dos discursos liberais. Os outros países da Europa do Leste e da CEI (Comunidade de Estados Independentes, ex-URSS) mergulham no "subdesenvolvimento e na fragmentação e, às vezes, na guerra pela partilha de recursos e territórios, como na ex-Iugoslávia

Persiste uma inflação geral de dois dígitos (12%, a mais baixa, na República Checa) ou de três (Romênia, Rússia etc; em junho de 1992 um dólar valia 200 rublos; no verão de 1993, 2.000 rublos; em julho de 1994, 4.000!).

O aumento vertiginoso do passivo do balanço público é acompanhado, na Rússia, pela imposição, por parte da máfia, de pesadas perdas. O desemprego, em geral, supera os 15% e ainda não começou em lugar algum a reestruturação das grandes indústrias.

A parte "destrutiva" das transformações em curso atingiu, além do partido-Estado (com a introdução do pluralismo), o sistema de preços, as redes do COMECON e da

ex-URSS, os velhos circuitos de produção e troca, determinando a queda financeira de bancos inteiros.

As transformações aprofundaram as diferenciações entre os países (e, em cada país, entre regiões e áreas), e os processos de transição ao capitalismo são extremamente desiguais.

A Alemanha pode ser considerada o único caso de absorção no quadro capitalista. Romênia, Albânia, Bulgária e Eslováquia superam apenas o estágio da desorganização ligada às mudanças do sistema de preços e ao desmantelamento das trocas comerciais anteriores. Hungria, Polônia e Eslovênia esboçaram uma reestruturação profunda dos sistemas produtivo e financeiro, mensurável – depois das privatizações – pelo aumento da produtividade no trabalho (e portanto do desemprego, graças à redução da força de trabalho) e pela redução do salário real. A Hungria ainda é o principal beneficiário dos investimentos estrangeiros diretos (conseguiu mais que a metade dos 12 bilhões de dólares conseguidos pelos países do Leste).

Em todos os casos, porém, o que mais avançou foi a pequena privatização (comércio, turismo, restaurantes). Na Hungria, por exemplo, privatizou-se somente 20% das grandes empresas, com uma participação essencial do capital estrangeiro, que atualmente, porém, tende a diminuir por causa da tomada de decisões favoráveis aos capitais "nacionais", e uma vez que as melhores empresas, hoje, já estão privatizadas. Na Polônia, 80% do comércio é privado, sendo que as empresas privatizadas equivalem somente a um décimo do velho setor público. Portanto, também onde a transição está mais adiantada, o seu ritmo é desacelerado pela escassez de capitais e pelo temor do custo social (e político) decorrente da reestruturação das grandes empresas (que não têm meios financeiros para amortizações).

Traduzido de Alternative (nº 1, mai/jun. 1995) por Giovanni Menegoz

Nesta situação, a República Checa parece conhecer, à parte os resultados macroeconômicos satisfatórios, "sucessos indiscutíveis": 82% das empresas industriais e agrícolas foram privatizadas. De outro lado, porém, a privatização através de bônus e o surgimento de fundos de investimento prolongaram na prática a agonia das empresas, retardando sua reestruturação. Além disso, os fundos desempenham somente em parte o papel de proprietários e dever-se-á avançar nas reestruturações de efeitos sociais previsíveis. Com certeza, os fundos de propriedade dos bancos deverão ter um comportamento mais agressivo no sentido da reestruturação, apesar do sistema de financiamento entre empresas permanecer muito desenvolvido, mesmo com a sucessiva tomada de medidas em 1993 sobre a regulamentação de balanços. A lei sobre as falências, de abril de 1993, ainda não é aplicada realmente. O aumento dos salários reais, que continuou, apesar da queda da produtividade, comporta um aumento dos custos salariais mais que o dobro dos preços no atacado (isso mostra a fraqueza do sistema de mercado). Após a entrada de 2 bilhões de dólares no período 1990-1993, em 1994 houve uma estabilização. Critica-se o governo porque favoreceria a chegada de capitais cuja finalidade é liquidar a concorrência ou reservar para a indústria local o papel de subcontratada, ou melhor, de gerenciadora. Em todos estes países as restituições aos velhos proprietários perturbam a vida política.

Com relação a Rússia, apesar do golpe de Jeltsin que visava acelerar a terapia de choque liberal, as "privatizações" refletem, por enquanto sobretudo a perda total do poder de Estado em favor de um conjunto de autonomias "feudais". Assalariados e velhas direções de empresas conservaram o controle das empresas, tornando-se "proprietários" na maioria dos casos. Além do que, a mudança de propriedade não muda substancialmente o comportamento dos protagonistas nas empresas; afinal, muitas delas permaneceram em situação de monopólio e não sofrem o condicionamento do mercado e do setor financeiro. Os in-

***Com relação a Rússia,
apesar do golpe de Jeltsin
que visava acelerar a
terapia de choque liberal,
as "privatizações" refletem
por enquanto sobretudo a
perda total do poder de
Estado em favor de um
conjunto de autonomias
"feudais".***

vestimentos estrangeiros privados permanecem na ordem de 2 bilhões de dólares (iguais aos da República Checa, quatro vezes inferiores aos da Hungria).

A situação varia conforme as áreas e os setores. A indústria leve e as empresas produtoras de maquinarias e meios de transporte enfrentam uma queda da demanda (a restante se dedica a importação de bens, especialmente agroalimentares), e sobrevivem por causa da troca *in natura* e financiamentos entre empresas. O complexo militar-industrial conhece o início de uma reconversão difícil. Este poderoso *lobby* extrai sua força das relações com o aparelho estatal. Os monopólios da energia ou as fábricas de produtos industriais exportáveis são os únicos setores da indústria russa bem colocados no mercado e mais atraentes do ponto de vista das privatizações. A porcentagem da OCSE, nas exportações de petróleo, passou de 47,8% em 1988 para 72,5% em 1992. Mas a propriedade destes setores é cobiçada, nesta altura, por diversas forças e poderes de Estado: os poderes locais, prontos, talvez, a proclamar uma "República soberana" do Extremo Oriente russo, perante o intervencionismo ameaçador dos poderes centrais.

São parecidos os conflitos entre as novas repúblicas soberanas da CEI. Por exemplo, em setembro de 1994, na cidade de Baku, um "contrato do século" (assinado entre o governo do Arzebajão e um consórcio de oito grandes sociedades petrolíferas, das quais 7 ocidentais) provocou assassinatos, homicídios políticos e tentativas de golpe pró Rússia. E por fim, muito pouco das

centenas de contratos assinados com estrangeiros se concretizaram, tamanha a idéia de que os investimentos estrangeiros são uma ameaça para a independência nacional. Pela amplitude da crise, o imobilismo às vezes é mais acentuado nas repúblicas independentes.

Dada a situação desastrosa dos anos oitenta na Europa do Leste, as pessoas acreditavam que não havia mais nada a perder. Esperava-se, portanto, que o mercado e as privatizações teriam levado à alta geral do teor de vida. A desilusão popular (com exceção da República Checa), traduziu-se maciçamente, por causa disso, em orientações "nostálgicas", perigosamente disponíveis para tendências neo-stalinistas, em ausência de uma alternativa socialista acreditável.

Resistência sem Alternativa Socialista

Assiste-se a um cada vez mais sistemático retorno ao governo dos "ex-comunistas", ou pelo menos à sua afirmação eleitoral, inclusive na Polônia e Hungria, os países líderes da "transição". Com efeito, conservam um peso as "conquistas passadas" (segurança social, direito ao trabalho etc., apesar das distorções e limitações burocráticas), e estes resultados expressam precisamente a recusa à arrogância e aos atrasos verificados.

De volta ao poder, os ex-comunistas tentam combinar algo de muito contraditório - algumas respostas parciais às expectativas do eleitorado e a continuação das políticas exigidas pelos credores - diferenciando-se entre si (e assim sempre arriscando-se mais a fracassar na prova do poder) em duas tendências principais:

■ uma primeira, mais sensível às dificuldades sociais da transição, com base social nos sindicatos, entre os camponeses e trabalhadores mais atingidos; no plano político pode chegar a promover alianças que vão desde tendência, a dizer, "neo-stalinistas", até a nacionalistas (até de extrema direita) passando (como no caso da Eslováquia) por compo-

nentes "comunistas obreiristas", explicitamente hostis às privatizações. Estas alianças podem ter, num primeiro momento, uma lógica de defesa contra quem deseja a "venda do país" aos estrangeiros e ao Fundo Monetário, desembocando, talvez, em uma variante fascista de "capitalismo de Estado" ou de "Estado híbrido forte", inspirado no "modelo chinês"; isso implica choques inevitáveis com o FMI e a busca de alianças com tendências análogas em outros países do Leste e da ex-URSS;

■ uma outra, ao contrário, busca aliar-se a tendências claramente "liberal-democráticas" e tenta tornar-se aceitável ao capital estrangeiro, e justificar aos olhos dos trabalhadores os "limites" da própria política social: trata-se dos ex-comunistas da ala "liberal" da nova "social-democracia" que buscam afirmar-se como democratas dispostos à alternância, como os mais aptos a realizar a transição e garantir a inserção na União Européia.

Atualmente, predomina a primeira tendência na Polônia e a segunda na Hungria. Mas não existe nenhuma estabilidade política porque os processos econômicos de subordinação à lógica capitalista continuam a exigir custos sociais altíssimos

As principais formas de resistência social são ainda dispersas ou concentradas nas fábricas; as relações conflituais trabalhadores/diretores nas grandes empresas não adquiridas pelo capital estrangeiro limitam o desenvolvimento de uma resistência autônoma de classe. As formas de "propriedade coletiva" predominantes na Rússia (e não desprezíveis na Polônia) implicam uma dupla dinâmica: onde os mecanismos de mercado e o recrudescimento da política de crédito se impõem, os trabalhadores ficam cercados e a polarização de classe ocorre entre dirigentes e trabalhadores; em outras áreas, os choques estão adiados e os dirigentes, ao mesmo tempo que tentam aumentar suas cotas de ações e o poder real na fábrica, buscam criar sociedades de subempregada ou comerciais, para incrementar suas próprias rendas.

Neste contexto de polarização da esquerda em partidos de tipo stali-

A esquerda alternativa não poderá sair da situação marginal atual a não ser pela emergência de uma esquerda sindical e de uma resistência anticapitalista na Europa Ocidental, em grau de propor uma política alternativa à da União Européia e do FMI com relação o Leste.

niano e em diversos partidos de cunho social-democrata, permanecem frágeis as tendências alternativas antistalinianas e anticapitalistas, que hesitam entre uma marginalidade "grupala" e a participação como tendência socialista democrática nos partidos dominantes (neo-stalinianos ou socialdemocráticos).

Enquanto os jovens de 20-30 anos são atraídos pelos novos valores do enriquecimento individual (com os mais jovens, ao contrário, renovando experiências anarco-comunistas), as gerações mais velhas refletem todas as diversas tendências do passado, mas em um contexto de desmoralização profunda.

A esquerda alternativa não poderá sair da situação marginal atual a não ser pela emergência de uma esquerda sindical e de uma resistência anticapitalista na Europa Ocidental, em grau de propor uma política alternativa à da União Européia e do FMI com relação ao Leste.

Ao mesmo tempo, no Leste, a luta não se desenvolve mais no velho quadro que caracterizava o dinamismo dos conselhos operários de 1956 na Polônia e Hungria, as tendências socialistas de oposição na Tchecoslováquia e Iugoslávia em 1968, ou o movimento de autogestão na Polônia de 1980. O que predomina hoje é o processo de restauração capitalista; e a defesa do que resta do velho sistema, ou pior, o apoio a eventuais alianças "negrovermelhas" alimentadas pela podridão atual, não se constituem em alternativas progressistas. A fraqueza das tendências de esquerda socialistas decorre do fato de deverem lutar em duas frentes.

Elementos que Facilitam Restauração

Porque hoje é dominante a dinâmica da restauração? Nas reformas mercantis precedentes, a burocracia sempre se diferenciou, com uma parte da "nomenklatura" estimulando uma lógica de mercado radical e coerente (capitalista). E as reformas permaneciam sempre entre as estreitas margens impostas tanto aos mecanismos de mercado (nenhum mercado de capital e trabalho) como às privatizações (nenhum direito real de gestão capitalista nas privatizações, nenhuma possibilidade de falência ou demissões). As repercussões sócio-econômicas eram importantes: desigualdades aprofundadas, aumento do custo de vida, ameaças ao emprego, aumento geral das margens de liberdade em todos os campos e, portanto, movimentos incontrolados de baixo. Ademais, as reformas eram bloqueadas regularmente e tentava-se de novo um reordenamento centralizado: a burocracia "política" central respondia combinando repressão (até com os tanques) com concessões sócio-econômicas caso as reformas encontrassem resistências; estas últimas se originavam ou dos trabalhadores ou de camadas conservadoras da própria burocracia mal colocadas em relação ao mercado, ambos ameaçados no teor de vida e na garantia do lugar de trabalho.

As diferenciações internas e as tensões sociais, portanto, provocaram regularmente viradas burocráticas hostis aos mecanismos de mercado: de Stálin a Gorbachev, a iniciativa privada e a lógica de mercado foram as mais maltratadas na ex-URSS. Este tipo de burocracia certamente não via a salvaguarda de seus interesses no "socialismo", mas nas próprias posições de privilégio no alto de uma sociedade chamada de socialista, sobre a qual reinava em nome e em prejuízo dos trabalhadores (com base em mecanismos de opressão e exploração não capitalistas).

Freqüentemente, as reformas permitiram uma maior elasticidade nos mecanismos de planejamento e recuperação parciais de produtividade e qualidade do produto: em ge-

ral, até meados dos anos setenta aumentou o padrão de vida e houve um crescimento das forças produtivas - especialmente na época de Krushev, que previa alcançar os níveis do capitalismo em 1980 - e um desenvolvimento significativo da pesquisa científica (aplicada à corrida aos armamentos e à guerra nas estrelas), da escolaridade, das artes, das qualificações profissionais e do consumo (mesmo permanecendo de pé a censura e todos os defeitos burocráticos). Mas as reformas sempre significaram uma crescente perda de controle do "centro" sobre uma série de unidades produtivas cada vez mais autônomas.

Enfim, as diversas reformas forneceram, de uma ou outra forma, uma elasticidade momentânea aos diversos regimes burocráticos, protelando a sobrevivência do regime de partido único, sem nunca resolver, porém, o problema essencial: o burocratismo, que persistia como função parasitária tanto do plano como do mercado. Portanto, era impossível ter um outro tipo de desenvolvimento a não ser extensivo e dispersivo no sentido de recursos humanos e naturais, sempre mais insatisfatório, uma vez satisfeitas as necessidades básicas, especialmente para as novas gerações que esperavam da vida algo bem diferente do que o tom cinzento da burocracia e a falta de liberdade.

Todos os fatores que precipitaram uma desordem generalizada tinham sido analisados (esgotamento do desenvolvimento extensivo, crise moral e política, contradições entre reformas e crise capitalista), mas não tinha-se extraído conclusões disso. Esperava-se ainda que a queda tão esperada do sistema teria assumido a dinâmica da retomada da democracia socialista. Uma subestimação dos defeitos profundos do sistema? Em parte é verdade, mas é secundário. Excessiva confiança em um desfecho progressista? Certamente, visto também que um otimismo como este incentivou a valorizar a força do Solidarnosc, minimizando todas as suas fraquezas. Mas a questão de fundo é que não se teve suficiente percepção da convergência de crises diversas, de dimensões mundiais múltiplas. Com efeito, no momento em que a inversão da "longa onda" do desenvolvimen-

Com efeito, no momento em que a inversão da "longa onda" do desenvolvimento capitalista, no início dos anos setenta, abria caminho a uma ofensiva liberal radicalmente antioperária radical, não havia nem um "modelo" realizado de socialismo, nem uma força de proposta alternativa confiável, mas, ao contrário, a crise explícita de todas as experiências revolucionárias.

to capitalista, no início dos anos setenta, abria caminho a uma ofensiva liberal radicalmente antioperária, não havia nem um "modelo" realizado de socialismo, nem uma força de proposta alternativa confiável, mas, ao contrário, a crise explícita de todas as experiências revolucionárias.

A Crise Interna

A queda do Leste foi o produto dos fatores internacionais que modificaram a relação de força entre as classes e os sistemas, agravando as causas internas de crise. Deram-se:

■ a crise de longo período, estrutural, de um sistema burocrático de planejamento, incapaz de passar para um crescimento intensivo, tendo esgotado e dilapidado suas próprias capacidades reformistas, com uma inevitável crise moral e política subsequente, aprofundada por mecanismos de corrupção, pelo conservadorismo burocrático, pela falta de liberdade;

■ a crise de endividamento de diversos países da Europa central e oriental, após uma onda de importações e créditos, no decênio setenta, que levou ao bloqueio mortal das reformas e à subordinação às pressões do FMI. Estes regimes nem podiam fingir garantir aquela sensação de bem-estar e segurança que os tinham legitimado. O "grande interior russo" se beneficiava mo-

mentaneamente do aumento dos preços do petróleo, mas o contragolpe de 1986 chegou após um decênio de estagnação. O peso da corrida armamentista, na nova fase de guerra fria, marcada pela chegada de Reagan, tinha determinado por muitos anos a queda drástica dos investimentos em novas instalações e equipamentos. Enquanto por várias décadas, a distância entre países capitalistas avançados e países do Leste se havia reduzido, a partir de então passava a se agravar: o capitalismo, ao contrário da burocracia, se inova durante a crise.

Uma Virada Histórica

A burocracia não podia levar a fundo a ofensiva antioperária baseada nos antigos mecanismos (não capitalistas) de desenvolvimento. Diante desta dificuldade histórica, uma parte substancial dos seus vértices dirigentes voltou-se para a burguesia mundial, autocandidatando-se à restauração capitalista. Não conseguindo mais salvaguardar seus próprios privilégios e o próprio poder, baseado no desenvolvimento econômico e no bem-estar dos trabalhadores, teria procurado fazê-lo através das privatizações.

Neste contexto, não se poderia ter ilusões: a oposição à restauração capitalista não tinha nada de "ideológico"; ontem, como hoje, a burocracia defende empiricamente seus próprios interesses. O que pode impedir uma burocracia, ontem "socialista", de se vender ao capitalismo estrangeiro - ou de se transformar em burguesia - é muito concreto: ou é o capital estrangeiro que não confia (porque o investimento não é necessariamente rentável ou seguro) ou é porque não existem margens de manobra (mercado, sustentação político-econômica, relações de força nas fábricas) para garantir a transformação jurídico-econômica da propriedade.

O fracasso das reformas no Leste (especialmente o da autogestão iugoslava) e o do Estado assistencial no Ocidente, destina-se a garantir provisoriamente às ideologias liberais mercantis uma grande força no seio da intelectualidade; esta teve um papel propulsor naquela que pareceu uma resposta "radical" ao

impasse das reformas burocráticas; resposta, esta, retomada de "modelos" democráticos e eficientes que bastaria reproduzir.

E os Trabalhadores?

O desmantelamento econômico dos últimos dez anos, a rediscussão da garantia de emprego nas políticas de austeridade impostas, a fragilidade das alternativas socialistas, mas também os falsos discursos dos defensores da "economia de mercado" - a inexperiência total da realidade de mercado etc., facilitam a aceitação (muito provisória!) das novas equipes decididas a mudar o sistema. Não aconteceram verdadeiras "revoluções", os movimentos de massa foram poucos, não houve nenhuma clareza quanto aos programas.

É assim também porque a restauração capitalista se dá "desde cima", sem qualquer base social preliminar, sem uma acumulação primitiva capitalista a ser consolidada. Se o cenário da contra-revolução - como em tempos passados - tivesse sido o da invasão de tropas estrangeiras, teriam pesado os reflexos patrióticos; e se fosse esse o cenário em Cuba, poder-se-ia esperar uma resistência anti-imperialista.

Muito mais nocivo, por sua vez, é o cenário "econômico": o essencial é a esperança (fundada ou não) de reviver melhor e mais livre com o mercado: espera e pragmatismo são portanto os traços necessariamente dominantes. As pessoas tornam-se favoráveis às privatizações, colocam-se contra a estrutura da própria empresa quando percebem que seu emprego está ameaçado. O estrangeiro não é recusado a priori se traz capitais e promete emprego e aumentos salariais.

Outro caso é a sensação de desespero quando os direitos sindicais são suprimidos, a empresa é vendida ou comprada a fim de ser fechada, ou o país inteiro parece uma vez mais dominado desde fora.

A esperança de controlar melhor a própria empresa (e o emprego) com a descentralização da propriedade e com o mercado, pode andar de mão dada com a abertura dos trabalhadores àqueles processos. O mercado, entre outras coisas, sepa-

Trata-se, com efeito, para a burocracia de cada país, de se vender; é preciso, portanto, quem esteja disposto também a comprar. E quem compra avalia a "posição de mercado" de cada país (ou de setores importantes de cada um) e a estabilidade política do Estado

ra do restante quem se encontra em boa posição (empresas exportadoras, regiões ricas).

A dominação Capitalista Externa

O agravamento geral da dívida externa com os países de moedas fortes aumenta as pressões externas para reorganizações estruturais voltadas para uma inserção no quadro do capitalismo mundial e da privatização: a força de atração das mercadorias do mundo capitalista fortalece a ingerência das instituições burguesas mundiais (FMI, BM, UE); eis o instrumento essencial da restauração capitalista, com os poderes estabelecidos podendo desempenhar o papel de burguesias compradoras. Tende-se a impor uma nova forma de colonização através do endividamento, cuja face e amplitude dependem do interesse que o capitalismo mundial pode ter em cada país específico. Trata-se, com efeito, para a burocracia de cada país, de se vender; é preciso, portanto, quem esteja disposto também a comprar. E quem compra avalia a "posição de mercado" de cada país (ou de setores importantes de cada um) e a estabilidade política do Estado: deste ponto de vista, no topo estão a Hungria, a Polônia, a República Checa e a Eslovênia

Ao contrário, são menos atraentes as federações nas quais o processo de explosão não terminou, ou é acompanhado de guerras mais ou menos abertas (ex. Iugoslávia, ex-URSS ou a própria Rússia). Quem detém os recursos naturais? Este é

o objetivo, tanto interno (qual burguesia "nacional" irá se apoderar dos recursos, e protegida por qual Estado?) como externos (com qual interlocutor o capital estrangeiro poderá construir relações sólidas?).

As possibilidades de inserção na União Européia influem evidentemente às dinâmicas em curso nos países da Europa centro-oriental e nas repúblicas bálticas. Todos, de uma forma ou outra, receberam um estatuto de associação e inúmeras promessas; não obstante isso, ainda se levantam barreiras protecionistas contra os produtos agrícolas e siderúrgicos provenientes do Leste. Além disso, as possibilidades de inserção são muito diferentes; as próprias escolhas da União Européia irão depender das próprias condições internas. Mas os perigos da consolidação de correntes nacionalistas de direita freqüentemente são lembrados para facilitar a aceleração das relações com os países mais avançados da Europa central. Por enquanto trata-se de uma perspectiva bastante sólida e que pode vir a se tornar o eixo central da política desses países, ela influencia até a própria lógica dos investimentos estrangeiros, especialmente dos EUA, que começam a assumir uma ótica de deslocamento voltando-se para o mercado europeu ocidental.

Os salários/horários baixos (cerca de 1,5 dólares, menos de 1/10 da Alemanha e 1/3 de Portugal) são atraentes, mas em parte são contrabalançados por uma produtividade fraca (relacionada aos comportamentos e à organização do trabalho). Também as carências infra-estruturais incidem negativamente sobre a rentabilidade. Mas o custo colossal das "políticas de reestruturação" exigidas, os níveis diversos de credibilidade das transformações - e, portanto, o nível diverso dos capitais recebidos sob a forma de investimentos ou empréstimos - acentuarão a diferença das dinâmicas entre quem permanecerá basicamente voltado para a União Européia e o resto desses países que não renunciarão a atrair capitais e a se inserir no mercado mundial (mesmo que de forma desigual, e conforme os recursos disponíveis). Além disso, começa a se impor a exigência de atenuar a crise com formas

de troca *in natura* e com a recomposição da CEI e de um neo-COMECOM: um processo aliás incentivado por instituições e especialistas europeus, preocupados com a desagregação econômica e convencidos de que poucos destes países poderão se inserir na União Européia, mesmo no 2000.

Ao mesmo tempo, acontece a inserção político-militar na "nova ordem mundial": os poderes vigentes no Leste, assustados pelas desordens crescentes e pela Rússia que recupera importância com relação "aos vizinhos mais próximos" querem entrar na OTAN. Ficaram decepcionados (mas tiveram que concordar) com a proposta de colaboração e abertura por parte dos EUA a Ieltsin; este, por sua vez, tentou harmonizá-las com a OTAN e a exigência do reconhecimento da Rússia como grande potência (preço pago às pressões patrióticas); ele gostaria, no fundo, de conseguir para as tropas russas uma espécie de mandato tipo "capacetes azuis" da ONU, como garantia da "ordem regional", eventualmente ao lado de outras tropas, mas conservando, graças ao Conselho de Segurança, o direito de veto sobre qualquer "intervenção estrangeira".

A título de "compensar" as crises político-econômicas internas, é provável que soluções de força no estilo "grão-russo" venham a se multiplicar. As mudanças de poder na URSS (ou os desdobramentos do poder em vigor, em sentido "grão-russo", como o demonstra a intervenção na Tchecôquia) poderiam evidentemente fortalecer as correntes hostis a essa que é denunciada como uma possível subordinação da Rússia aos Estados Unidos.

Globalmente, além da crise iugoslava, a "colaboração" exigida aos países da Europa do Leste e à Rússia ampliou as funções da OTAN na Europa (não sem discrepância entre as potências européias e os Estados Unidos). Em toda esta desordem não há nada de estável. Apesar disso, perante o desmoronamento do Pacto de Varsóvia, a variante progressista deveria ter sido a de uma mobilização antimilitarista poderosa contra a OTAN. Ao contrário, o que progrid

Um primeiro obstáculo à restauração capitalista é constituído pela própria crise capitalista. O peso das instituições mundiais da burguesia não é acompanhado por capitais em grau a permitir uma assimilação dos países da Europa do Leste e da Rússia, da mesma forma como a Alemanha Oriental

de é a penetração crescente de uma ideologia intervencionista, também nos ambientes considerados de esquerda.

Quais os Obstáculos da Restauração Capitalista?

Um primeiro obstáculo à restauração capitalista é constituído pela própria crise capitalista. O peso das instituições mundiais da burguesia não é acompanhado por capitais em grau a permitir uma assimilação dos países da Europa do Leste e da Rússia, da mesma forma como a Alemanha Oriental. A burguesia mundial, envolvida com sua própria crise, não possui os meios para um "plano Marshall" na Europa do Leste e ex-URSS. A própria amplitude e natureza dos problemas a serem resolvidos não tem precedentes.

No plano interno, a primeira fonte de instabilidade está na ausência de base social do projeto de restauração, em vista de sua falta de legitimidade porquanto é destrutivo. Por isso, seria preciso melhorar a situação material de uma parte significativa da população: a perda enorme de proteções sociais é acompanhada por um fenômeno até agora desconhecido nestes países: as lojas estão cheias, mas o acesso às mercadorias (e sempre mais, aos serviços de saneamento e bens culturais) é vedada a uma parte crescente da população. Outros fenômenos paralelos à restauração: a exclusão, a marginalização massiva, o agravamento das condições sociais da maioria das populações. Nes-

te nível, existe uma dissimetria de fundo entre aquilo que foi a ruptura de tipo staliniano com o capitalismo e os atuais programas de restauração: a coletivização forçada e a supressão dos mecanismos de mercado (sem considerar os custos humanos, políticos, ecológicos e econômicos) avançaram paralelamente a uma promoção social, a uma elevação do nível econômico e a formas consistentes de assistência social. As resistências "de sistema" são portanto mais fortes onde o mercado, como instrumento regulador, menos penetrou: na ex. URSS mais do que na China, na Bulgária e Romênia mais do que na Hungria; nas grandes empresas mais do que nos setores abertos à pequena produção mercantil. A própria agricultura mostra configurações diversas, muitas vezes presa a formas de proteção social de tipo kolkosiano sempre que as possibilidades de sucesso através do mercado não sejam tão evidentes (na Polónia, Hungria e Romênia, os camponeses preferiram votar nos ex-comunistas).

De maneira geral, o processo de restauração carece de capitais porque não há burguesia. Não basta proclamar-se burguês ou querer se tornar para ter as características de uma burguesia, isto é, a força de classe que é ligada à obtenção de fundos. A introdução de reformas de mercado sempre ampliou as possibilidades - legais ou não - de se enriquecer. O mercado negro existia; mas não existiu em lugar nenhum uma "acumulação primitiva de capital" à altura dos desafios atuais: agora é o momento no qual esta acumulação pode realmente se desenvolver. O dinheiro (poupança) disponível nos inícios dos anos noventa em geral foi estimado em 10%-20% do valor dos bens a serem privatizados, e todos os possuidores de poupanças não estavam necessariamente dispostos a usá-las para comprar fábricas ou ações. Naturalmente, existem formas de privatização sem a presença (ou quase) de dinheiro vivo: este, aliás, é a característica de fundo do processo em andamento da assim chamada "privatização de massa"; mas então é preciso examinar o seu contexto e dinâmica, especialmente em função da existência ou não de con-

dicionamentos de mercado sobre a gestão da empresa; neste sentido - como se viu - a situação varia conforme os países e setores.

Há duas fontes (internas) principais para o surgimento de uma nova burguesia: a nomenklatura e as camadas intermediárias (os assim chamados "verdadeiros" empresários, muitas vezes surgidos da economia paralela ou da intelectualidade) e a máfia que se distribui em ambas as categorias. Os "empresários" se originam fundamentalmente a partir da pequena privatização (a mais dinâmica), que diz respeito aos serviços e ao comércio. A nomenklatura, obviamente, visa transformar seus privilégios de função nos novos privilégios da propriedade e do dinheiro; mas se choca com as depurações dos velhos aparelhos, acompanhadas de uma caça às bruxas mais ou menos feroz e permanente, e também com os seus próprios limites perante as exigências da restauração capitalista. Alguns membros da velha nomenklatura podem exibir competência e conhecimentos da sociedade e se comportar como burguesia compradora ao serviço do capital estrangeiro; os que, após as depurações, ainda ocupam lugares de responsabilidade na esfera econômica (empresas, setores ou ministérios) encontram-se em situações muito diferentes conforme a "posição de mercado", as dimensões da unidade que controlam (recursos concorrenciais, ou não, no mercado internacional), e também de sua relação com o Estado.

Com base nos critérios do mercado mundial, a maior parte das grandes empresas da Europa do Leste e da ex-URSS deveriam desa-

A nomenklatura, obviamente, visa transformar seus privilégios de função nos novos privilégios da propriedade e do dinheiro; mas se choca com as depurações dos velhos aparelhos, acompanhadas de uma caça às bruxas mais ou menos feroz e permanente, e também com os seus próprios limites perante às exigências da restauração capitalista.

parecer devido a sua situação falimentar. Mesmo visando se tornar uma burguesia nacional, a direção das grandes empresas, ou do complexo militar-industrial da Rússia, não possui os capitais e as tecnologias necessárias para reestruturar o setor no quadro da concorrência com o capital estrangeiro e das relações de força sociais no interior das grandes empresas; disso derivam alianças conflituais entre dirigentes e coletivo de trabalhadores, para bloquear pelo menos o processo de sucateamento industrial e solicitar o subsídio estatal, mesmo descentralizando a produção.

A dinâmica seria, portanto, a de um "capitalismo de Estado" provisoriamente dotado de um forte setor público. Neste quadro, o protecionismo perante o mercado mundial protegeria eventualmente também os trabalhadores e as velhas

relações sociais no interior das empresas. Trata-se precisamente de uma configuração muito ambígua, que leva "especialistas" como Jeffrey Sachs a defender uma estratégia de transformação a mais rápida possível das relações de propriedade, para quebrar as velhas relações trabalhadores/dirigentes e qualquer ambigüidade sobre a "propriedade coletiva": isso se daria ou através da privatização em favor de um investidor real, ou com uma propriedade na qual o Estado seja provisoriamente majoritário, mas em grau de impor uma disciplina na gestão (e que depois se disponha a privatizá-la).

Complexamente, a mudança geral do sistema de crédito (e dos seus critérios) e o desenvolvimento de uma lógica de mercado (com fechamento de empresas falidas) poderia, por si só, obrigar a uma transformação das relações no interior da fábrica. Mas a amplitude das perturbações sociais em cadeia que isso produziria simplesmente apavora os dirigentes políticos, em um contexto em que estes não dispõem dos meios financeiros para garantir novos investimentos. Aqui está a causa profunda dos impasses que se sucedem. Mas se os velhos mecanismos e as relações sociais resistem, especialmente na grande indústria, o fazem de uma "forma degenerada", de crise, de incoerência, e sem que se manifeste uma alternativa socialista crível.

Portanto, esta resistência não significa absolutamente uma situação "melhor" para os trabalhadores, nem para o surgimento de lutas autônomas. Será mais fácil se organizar e lutar contra o fascismo e o capitalismo na Alemanha reunificada do que na Rússia envolvida no caos.